

**Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o «Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a aplicação do Plano de Ação para a Economia Circular»**

[COM(2019) 190 final]

(2020/C 47/14)

Relator: **Peter SCHMIDT**

Consulta	Comissão, 11.4.2019
Base jurídica	Artigo 29.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
Decisão da Mesa	19.3.2019
Competência	Secção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente
Adoção em secção	1.10.2019
Adoção em plenária	31.10.2019
Reunião plenária n.º	547
Resultado da votação (votos a favor/votos contra/abstenções)	164/2/0

## 1. Conclusões e recomendações

1.1. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) saúda o Relatório da Comissão sobre a aplicação do Plano de Ação para a Economia Circular e, em particular, o reconhecimento do papel fundamental que a participação das partes interessadas desempenhará na transição para uma economia circular. O CESE apoia igualmente os planos de lançar um Pacto Ecológico Europeu e propõe um novo Plano de Ação para a Economia Circular centrado em setores específicos, como os têxteis e a construção, em consonância com as orientações políticas apresentadas pela recém-indigitada presidente da Comissão, Ursula von der Leyen <sup>(1)</sup>.

1.2. A Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular reúne a comunidade da economia circular na Europa. Foi criada em 2017 no âmbito de uma iniciativa conjunta do CESE e da Comissão Europeia, na sequência das recomendações formuladas no Parecer do CESE «Pacote de medidas relativas à economia circular» <sup>(2)</sup>. A parceria entre as instituições tem sido uma componente essencial do êxito da Plataforma, sendo importante que esta parceria se mantenha e se desenvolva para benefício de qualquer novo plano de ação para a economia circular, a fim de assegurar que os intervenientes da sociedade civil estão no centro da transição.

1.3. O CESE acredita firmemente no papel fundamental da Plataforma enquanto garante da participação das partes interessadas, papel esse que importa manter e reforçar no futuro. Em especial, cabe desenvolver a Plataforma de modo a garantir uma abordagem holística da economia circular, tendo em conta as interações com outros domínios de intervenção (por exemplo, energia, alterações climáticas, política social, participação dos cidadãos, bem-estar, integração e/ou inclusão social, direitos e responsabilidades dos cidadãos e/ou consumidores, etc.) e em todos os níveis de governação (europeu, nacional, regional e local), e a identificar obstáculos à transição para a economia circular, especialmente em setores-chave como os têxteis, a alimentação, a construção, a eletrónica e os (micro)plásticos. É necessário recolher dados sobre os benefícios da criação de emprego, do acesso aos serviços, das economias de custos e dos modelos de consumo colaborativo.

<sup>(1)</sup> «Uma União mais ambiciosa: O meu programa para a Europa».

<sup>(2)</sup> JO C 264 de 20.7.2016, p. 98.

1.4. A fim de refletir a importância e a multidimensionalidade crescentes da economia circular, no próximo mandato, o grupo de coordenação que apoia a Plataforma deve incluir membros de outras partes interessadas importantes (por exemplo, os jovens e o setor financeiro), contribuir para a elaboração de cenários futuros para reforçar as interligações entre setores, e reunir-se de forma mais regular; além disso, os seus membros também devem tornar-se embaixadores da Plataforma em fóruns fora da comunidade da economia circular. Outras atividades futuras do grupo de coordenação poderiam apoiar o ensaio de soluções para a economia circular no terreno através de intervenções-piloto e laboratórios vivos destinados a apoiar a elaboração de políticas. O grupo de coordenação tem sido e continuará a ser parte integrante do êxito da plataforma, pelo que deverá ser consultado sobre a orientação política de qualquer novo plano de ação para a economia circular.

1.5. O CESE salienta que, para ser inclusiva, a transição para a economia circular deve ser impulsionada a nível nacional, regional e local. É importante que as atividades sejam adaptadas às questões locais e tirem o maior proveito das potencialidades locais.

1.6. Uma abordagem descentralizada pode ser particularmente útil para explorar o papel da economia circular na promoção de uma vida de qualidade para os cidadãos. O CESE recomenda a criação de um painel que ajude a avaliar o comportamento e as motivações dos cidadãos («Citizen Insights Panel») e os impedimentos à adoção de soluções circulares. Este painel teria por base, e desenvolveria, o atual painel de ação para a compreensão do comportamento do consumidor («Consumer Insight Action Panel»), uma iniciativa dos membros do grupo de coordenação da Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular que se dedica a compreender melhor a participação dos consumidores e dos cidadãos e a acelerar a mudança para os comportamentos circulares realmente importantes.

1.7. O financiamento já desempenha um papel importante na viabilização da transição. A fim de descentralizar mais a economia circular e de localizar as soluções, as instituições financeiras locais devem ser capacitadas para aderir mais eficazmente à economia circular, por exemplo, alargando o Programa Cidade Circular do Banco Europeu de Investimento às «aldeias circulares». Outra proposta com vista orientar a economia para os princípios da economia circular consiste em utilizar o IVA como instrumento económico para ajudar a assegurar o prolongamento do tempo de vida de um produto através da sua reutilização e reparação.

1.8. Reconhecendo que os retalhistas desempenham um papel importante no processo que visa tornar os produtos mais circulares, o CESE entende que a instituição de um grupo de trabalho dedicado ao comércio retalhista circular poderia contribuir para uma maior integração dos princípios da economia circular ao longo da cadeia de valor, nomeadamente viabilizando comportamentos circulares. O CESE propõe que a Comissão estimule este grupo de trabalho através do já existente Fórum do Comércio Retalhista. As organizações da sociedade civil e as organizações especializadas em comportamentos/estilos de vida sustentáveis devem participar neste processo para assegurar a representação dos cidadãos e uma abordagem integrada da produção e do consumo circulares.

1.9. Os contratos públicos podem ser um fator determinante para acelerar a transição. A fim de incentivar o recurso a produtos, obras e serviços circulares e tirar partido do seu potencial para estimular a circularidade, é importante institucionalizar os contratos públicos circulares, desenvolver as capacidades e os conhecimentos das partes interessadas pertinentes, proporcionar clareza jurídica e apoiar o recurso aos contratos públicos circulares. Neste contexto, seria muito útil contar com um programa de formação no domínio dos contratos públicos circulares e poderia ser igualmente eficaz organizar, em toda a Europa, uma série de seminários sobre a participação no mercado. O CESE recomenda que, para minimizar e, no melhor dos casos, evitar os impactos ambientais negativos e a produção de resíduos ao longo de todo o seu ciclo de vida, os critérios ambientais mínimos para os contratos públicos, já previstos nas diretivas da UE, passem a ser obrigatórios em todos os Estados-Membros.

1.10. A compreensão e a participação dos consumidores também são cruciais para que a transição para a economia circular seja coroada de êxito. A instituição de um rótulo de economia circular poderia acelerar a transição e ajudar os consumidores a efetuarem escolhas sustentáveis, mas deverá ser acompanhada de uma campanha de comunicação à escala europeia. O reforço das capacidades também é um pilar fundamental para ajudar as partes interessadas a compreender e a integrar a transição da UE para a economia circular.

## 2. Plano de Ação para a Economia Circular

2.1. A Estratégia Europa 2020 destaca o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo enquanto forma de melhorar a competitividade e a produtividade e de apoiar uma economia social de mercado sustentável. A economia circular é uma via essencial para concretizar esta estratégia e assegurar o bem-estar das pessoas e do planeta. Em 2015, a Comissão Europeia publicou um plano de ação para a economia circular, com vista a apoiar e a dinamizar a transição de um modelo económico linear para um modelo circular na Europa.

2.2. Este plano de ação <sup>(3)</sup> estabeleceu um programa ambicioso de 54 ações em diversas cadeias de valor, abrangendo a produção, o consumo, a gestão de resíduos e as matérias-primas secundárias, entre outros aspetos. Ao longo do plano de ação, a Comissão Europeia menciona a participação das partes interessadas e a cooperação com as mesmas no sentido de permitir a transição para um modelo económico circular.

(3) COM(2015) 614 final.

2.3. Em 2016, o CESE adotou um parecer sobre o pacote de medidas relativas à economia circular<sup>(4)</sup>, no qual propôs a criação de uma plataforma através da qual as partes interessadas da comunidade da economia circular pudessem participar e partilhar boas práticas, conhecimentos e experiências. O CESE e a Comissão Europeia estabeleceram, em conjunto, a Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular<sup>(5)</sup>, que prevê um espaço virtual para reunir as partes interessadas em linha, bem como a realização de uma conferência anual em que estas podem marcar presença. A plataforma é apoiada por um grupo de coordenação, composto por 24 representantes de organizações da sociedade civil de toda a Europa, que atuam como embaixadores da plataforma.

2.4. Em 2019, a Comissão Europeia elaborou um relatório<sup>(6)</sup> sobre a execução do Plano de Ação para a Economia Circular, apresentando as principais realizações do plano e os desafios futuros. Este relatório abrange temas como a construção de uma economia circular e a aceleração da transição. Em relação a esta última, a Comissão menciona especificamente a necessidade de reforçar a participação das partes interessadas. O CESE observa que os documentos que acompanham o relatório [SWD(2019) 90/91/92] só estão disponíveis em inglês, o que dificulta a compreensão e a participação a nível dos Estados-Membros.

2.5. O CESE saúda este relatório periódico e, em particular, o reconhecimento do papel fundamental que a participação das partes interessadas desempenhará na transição para uma economia circular.

2.6. O CESE observa que a economia circular deve ser parte integrante dos planos nacionais em matéria de energia e de clima e que, neste contexto, é também necessário conferir maior destaque à dimensão social.

2.7. O CESE salienta a necessidade de examinar de forma exaustiva todos os fluxos de materiais que entram e saem da UE, no quadro de uma análise mais abrangente sobre o impacto da economia circular no comércio.

### 3. Participação das partes interessadas em prol de um futuro plano de ação para a economia circular

3.1. A Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular tornou-se um fórum bem-sucedido e visível a nível da UE para facilitar o diálogo intersetorial e multilateral e para partilhar boas práticas, estratégias e conhecimentos sobre um vasto leque de temas relacionados com a economia circular.

3.2. Chegou o momento de alargar este tipo de participação multilateral bem-sucedida aos níveis regional, nacional e local, a fim de multiplicar os efeitos positivos em todos os Estados-Membros e reforçar a participação dos cidadãos. É importante que as atividades sejam descentralizadas e adaptadas às questões locais e tirem o maior proveito dos pontos fortes locais. Devido à variedade de culturas e de contextos em toda a Europa, as áreas de interesse e as indústrias pertinentes variam em função do país. Este facto é salientado no estudo encomendado pelo CESE, intitulado «Circular economy strategies and roadmaps in Europe: Identifying synergies and the potential for cooperation and alliance building» [Estratégias e roteiros para a economia circular na Europa: Identificar sinergias e o potencial de cooperação e formação de alianças]<sup>(7)</sup>.

3.3. O comportamento dos cidadãos, as motivações e os obstáculos à adoção de soluções circulares dependem igualmente do contexto, o que aumenta a importância de facilitar uma multiplicidade de experiências descentralizadas, a fim de compreender melhor e acelerar os comportamentos circulares realmente pertinentes. Os compromissos devem ser relevantes a nível local e estar orientados para a ação e para atividades de execução específicas nos diferentes países, dando, assim, resposta às necessidades e aumentando o bem-estar da população local. Estes fatores, assim como outro tipo de comportamentos dos cidadãos face às estratégias, estão atualmente a ser analisados no âmbito do painel de ação para a compreensão do comportamento do consumidor («Consumer Insight Action Panel») e recomenda-se que este trabalho seja aprofundado.

3.4. Uma abordagem descentralizada pode ser particularmente útil para explorar o papel da economia circular na promoção de uma vida de qualidade para os cidadãos, integrando indicadores sociais para medir o êxito das atividades da economia circular a nível local. Aspectos como os níveis de interação e integração social possíveis graças à partilha de iniciativas, ou a satisfação com a aprendizagem de novas competências para a reparação de produtos ou a produção dos seus próprios alimentos ou a confecção do seu próprio vestuário, são alguns exemplos desta interligação.

<sup>(4)</sup> JO C 264 de 20.7.2016, p. 98.

<sup>(5)</sup> Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular

<sup>(6)</sup> COM(2019) 190 final.

<sup>(7)</sup> Estudo «Circular economy strategies and roadmaps in Europe: Identifying synergies and the potential for cooperation and alliance building» [Estratégias e roteiros para a economia circular na Europa: Identificar sinergias e o potencial de cooperação e formação de alianças] acompanhado do Parecer do CESE «Desenvolver sinergias entre os diferentes roteiros para a economia circular» (ainda não publicado no Jornal Oficial).

3.5. Tal poderá assumir a forma de eventos das partes interessadas ao nível nacional, regional ou municipal <sup>(8)</sup>, centrados em problemas pertinentes a nível local e que reforcem a participação das partes interessadas a nível local. Os principais intervenientes seriam as PME locais, os governos, as organizações da sociedade civil e, em especial, os consumidores, que se reuniriam para:

- dar resposta a desafios específicos de importância local;
- definir formas de a economia circular contribuir para o bem-estar de cada um;
- identificar de que forma a economia circular pode aumentar a felicidade e melhorar a qualidade de vida;
- conceber alternativas que permitam aos cidadãos ter estilos de vida sustentáveis e circulares;
- interligar as agências e as infraestruturas locais (ou investir em novas infraestruturas em falta);
- criar oportunidades de parceria para solucionar problemas locais;
- envolver os sindicatos no desenvolvimento de competências para os trabalhadores locais;
- criar polos de aprendizagem que se manterão após os eventos;
- debater processos de normalização para a economia circular, como as «boas práticas» («prassi di riferimento») <sup>(9)</sup> italianas.

3.6. Tais eventos e plataformas serão particularmente relevantes nos países e regiões em que a atividade circular é fraca. Os eventos deverão desencadear novas ações e compromissos circulares, a fim de assegurar uma compreensão e uma aplicação mais abrangentes da economia circular em toda a UE. Os futuros planos de ação para a economia circular devem apoiar as partes interessadas locais e as soluções locais, a fim de executar com êxito a estratégia da UE e de melhorar o bem-estar em todos os países da Europa.

3.7. Com vista a incentivar soluções locais no âmbito da economia circular e a estimular uma adoção mais alargada dessas práticas, é importante apresentar e aumentar a escala dos projetos de economia circular reproduzíveis em diferentes contextos — por exemplo, 100 bairros circulares, 100 comunidades circulares, 100 aldeias circulares, 10 *campi* universitários circulares e 10 ilhas circulares.

3.8. O financiamento já desempenha um papel importante na viabilização da transição. A fim de descentralizar mais a economia circular e de localizar as soluções, as instituições financeiras locais devem ser capacitadas para aderir mais eficazmente à economia circular — desde uma melhor compreensão dos princípios circulares a um melhor apoio à transição através da disponibilização de produtos, serviços e operações. Por exemplo, o Banco Europeu de Investimento poderia utilizar os atuais instrumentos destinados às grandes cidades, como o Programa Cidade Circular, alargando-o também às «aldeias circulares». Os bancos locais devem desempenhar um papel mais ativo neste processo. Cabe ainda explorar as interações entre o financiamento das alterações climáticas e o financiamento da economia circular.

3.9. As crises ambientais estão sistemicamente associadas às crises originadas pelas desigualdades e às crises da migração e da democracia. Estas crises nasceram, nomeadamente, das enormes desigualdades inerentes ao capitalismo financeiro e da contínua erosão da democracia, e são o resultado da sociedade de mercado em que nos transformámos. Nenhuma destas crises pode ser adequadamente resolvida de forma isolada e uma economia circular bem concebida pode ajudar a atenuar a vulnerabilidade do sistema económico, ambiental e social.

3.10. Uma transição sistémica deve igualmente abordar os desafios sociais e ambientais associados às crises decorrentes das desigualdades ou da erosão democrática. É importante promover o diálogo com as organizações da sociedade civil (OSC), a fim de abordar os riscos potenciais e as questões mais profundas da economia circular, e reforçar a competência das OSC pertinentes para assegurar uma transição mais equitativa/justa.

3.11. A transição para a economia circular exige que as partes interessadas desenvolvam novas competências/qualificações em prol de uma mentalidade e de práticas circulares, que vão desde um conhecimento mais aprofundado da composição material a uma melhor compreensão dos modelos empresariais e do comportamento social, especialmente em setores-chave como os têxteis, a construção, a alimentação, a eletrónica e os (micro)plásticos. É importante desenvolver e reforçar as competências circulares das principais partes interessadas, como empresários, fabricantes, retalhistas, entidades públicas adjudicantes e cidadãos.

<sup>(8)</sup> Por exemplo, os eventos no âmbito da iniciativa da Comissão Europeia para a economia circular, intitulada «Virtuous Circle Tour» [Volta do Círculo Virtuoso].

<sup>(9)</sup> Ver o sistema italiano de normalização (UNI).

3.12. A fim de contribuir para estimular a transição, os empresários, os fabricantes, os sindicatos e os consumidores devem ser apoiados no desenvolvimento de uma economia circular inteligente impulsionada pelas TIC. Existem várias formas de alcançar este objetivo, nomeadamente através do desenvolvimento de centros de competências para a economia circular inteligente, que poderiam ser integrados nos polos locais para promover intercâmbios e o estabelecimento de parcerias, ou da criação de um grupo de trabalho com as principais partes interessadas do setor das TIC.

3.13. Cumpre explorar a utilização do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) como instrumento para assegurar o prolongamento do tempo de vida de um produto através da sua reutilização e reparação. Alguns Estados-Membros da UE já envidaram esforços para reduzir o IVA quer sobre os bens em segunda mão quer sobre os serviços de reparação <sup>(10)</sup>.

3.14. É igualmente possível utilizar os quadros existentes com os quais as empresas já estão familiarizadas, nomeadamente instrumentos de auditoria ambiental, como o Sistema de Ecogestão e Auditoria (EMAS), instrumentos internacionais, como os desenvolvidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) (por exemplo, a norma ISO 14001 ou a futura ISO/TC 323 sobre a economia circular), ou os critérios ambientais mínimos (que se encontram definidos em diretivas da UE mas cuja aplicação nos Estados-Membros não é obrigatória).

3.15. Os retalhistas já desempenham um papel importante para tornar os produtos mais circulares, por exemplo reduzindo a utilização de embalagens. Também poderiam ter uma forte influência nos estilos de vida dos consumidores, definindo a oferta aos consumidores e influenciando o que estes compram e, inclusive, de que forma utilizam e eliminam os produtos. Um grupo de trabalho sobre o comércio retalhista circular, semelhante ao Fórum do Comércio Retalhista, poderia contribuir para uma maior integração dos princípios da economia circular ao longo da cadeia de valor, nomeadamente viabilizando comportamentos circulares, e deveria também ser alargado às organizações de cidadãos que incentivam alterações de comportamento e às organizações de consumidores, bem como aos sindicatos.

3.16. Os contratos públicos são um fator essencial para acelerar a transição, e o Plano de Ação para a Economia Circular já estabeleceu medidas destinadas a facilitar a integração dos princípios da economia circular nestes contratos. Desenvolveu-se um trabalho pioneiro, do qual foram retirados ensinamentos. Começam a emergir debates sobre a forma de traduzir, na prática, os contratos públicos circulares e sobre o papel importante que estes podem desempenhar na promoção do desenvolvimento da economia circular — por exemplo, enquanto força de atração (isto é, alargando o mercado de soluções circulares existentes através do poder de compra), ou mesmo enquanto potencial força motriz (isto é, cocriando novas soluções para satisfazer as necessidades das entidades públicas adjudicantes). A fim de impulsionar a adoção dos contratos públicos circulares e favorecer o seu potencial para estimular a inovação, é importante institucionalizar este tipo de contratos, desenvolver as capacidades e os conhecimentos das partes interessadas pertinentes, proporcionar clareza jurídica e promover o diálogo sobre contratos públicos circulares.

3.17. A adoção de um estilo de vida circular ou de comportamentos circulares pode ser um indicador complementar para medir a transição sistémica para a economia circular e demonstrar a influência da infraestrutura da economia circular, das empresas e das políticas ao nível dos cidadãos. É importante que os cidadãos europeus sejam capazes de analisar os produtos que usam e a forma como os utilizam, reparam e eliminam hoje em dia em relação aos produtos que usavam e à forma como os utilizavam, reparavam e eliminavam outrora. Há que criar instrumentos como os «laboratórios vivos» a nível municipal. Os laboratórios vivos são ambientes reais, como as famílias, as organizações e mesmo bairros das cidades, onde as soluções e intervenções circulares podem ser ensaiadas enquanto protótipos e testadas na prática para servir de base às estratégias para a economia circular. A obsolescência prematura deve ser combatida de forma mais resoluta, tal como recomendado pelo CESE no seu Parecer «Por um consumo mais sustentável: O ciclo de vida dos produtos industriais e informação do consumidor a bem de uma confiança restabelecida». Cumpre considerar, em especial, o alargamento da garantia para, pelo menos, cinco anos. O painel de ação para a compreensão do comportamento do consumidor, em colaboração com as empresas, as ONG e as organizações de consumidores, está a estudar soluções e modelos para promover modalidades de garantia que cubram todo o ciclo de vida.

3.18. A economia circular é um instrumento fundamental para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de uma economia hipocarbónica. Tendo em vista acelerar a transição para uma economia circular, é importante promover o diálogo e os intercâmbios sobre o modo como as partes interessadas podem utilizar a economia circular enquanto instrumento para alcançar os ODS ou outros objetivos pertinentes. A fim de assegurar uma economia circular e sustentável adequada a todas as partes interessadas, os trabalhadores devem ser apoiados através dos quadros existentes, como a formação profissional, que permite transmitir aos trabalhadores de hoje e de amanhã as competências que estão na base da transição.

3.19. É importante explorar e divulgar a forma como a inovação em prol da economia circular pode impulsionar a competitividade no sentido de uma economia mais sustentável e hipocarbónica. As universidades e os centros de investigação devem ser potenciais polos de inovação circular para o desenvolvimento, o ensaio e a difusão de inovações, uma vez que têm boas capacidades de investigação para dar resposta aos desafios circulares. A aprendizagem e a formação baseadas na resolução de problemas revestem-se de grande valor para apoiar os futuros inovadores, empresários e investigadores, que desenvolvem as suas carreiras nas universidades. Os *campi* universitários com elevada densidade populacional e grande procura de recursos podem funcionar como laboratórios vivos para testar as soluções antes de serem lançadas. São necessários projetos-piloto para desenvolver e aplicar abordagens e soluções circulares moduláveis nos *campi* universitários. Uma rede de *campi* circulares pode ajudar a promover o intercâmbio de conhecimentos.

<sup>(10)</sup> Tributação reduzida para incentivar a reutilização e a reparação

3.20. A transição para uma economia circular na Europa terá, sem dúvida, impacto nas partes interessadas a nível internacional, nomeadamente em resultado de acordos comerciais. Ao inovar no sentido de uma economia circular, a Europa pode estabelecer normas à escala mundial para uma economia mais justa e benéfica para todos os seus cidadãos – diversificada e adaptável tanto às zonas rurais como às zonas urbanas. Tal exigirá uma abordagem a nível local, regional e nacional de inclusão das partes interessadas da sociedade civil na criação, no desenvolvimento, na aplicação e no acompanhamento de estratégias para a economia circular <sup>(11)</sup> benéficas para essas regiões (ou seja, combatendo a pobreza, proporcionando empregos de qualidade e uma melhor qualidade de vida e agindo dentro dos limites ecológicos). A abordagem eslovena relativa ao respetivo roteiro para a economia circular constitui um exemplo de uma boa prática. O CESE insta os responsáveis pela elaboração de estratégias e roteiros circulares a adotarem esta abordagem.

#### 4. O papel da Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular

4.1. A Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular reúne a comunidade da economia circular na Europa. Foi criada em 2017 no âmbito de uma iniciativa conjunta do CESE e da Comissão Europeia, na sequência das recomendações formuladas no Parecer do CESE «Fechar o ciclo — plano de ação da UE para a economia circular» <sup>(12)</sup>. O objetivo da plataforma é facilitar a consulta da sociedade civil e a cooperação entre redes nacionais, regionais e setoriais, bem como o intercâmbio de conhecimentos, informações e boas práticas. O CESE assegura o secretariado desta plataforma, estabelecendo um elo entre a sociedade civil e os decisores políticos.

4.2. A plataforma é apoiada por um grupo de coordenação, composto por 24 peritos de toda a Europa selecionados a partir de organizações da sociedade civil, organizações de representação de empresas, sindicatos, grupos de reflexão, centros de investigação e organismos públicos que são partes interessadas na economia circular. Este grupo diverso de partes interessadas representa esta plataforma europeia através das suas ações e funções a nível local, regional e nacional. Estas ações são apoiadas com êxito pelo CESE e pela Comissão Europeia através da plataforma virtual <sup>(13)</sup>.

4.3. O grupo de coordenação orienta as atividades da plataforma, incluindo o tema central do segundo dia da conferência europeia sobre a economia circular, realizada anualmente (até à data, já com três edições), e os seus membros atuam como seus embaixadores. O grupo reúne-se formalmente uma vez por ano, dispondo de um mandato até 2020. O grupo foi criado na sequência de um convite à manifestação de interesse e o seu mandato foi fixado pelo CESE e pela Comissão Europeia. No futuro, os membros do grupo de coordenação devem reunir-se de forma mais regular ou para abordar questões específicas, e também atuar como embaixadores fora da comunidade da economia circular.

4.4. A parceria entre as instituições tem sido uma componente essencial do êxito da plataforma, sendo importante que esta parceria se mantenha e se desenvolva para benefício de qualquer novo plano de ação para a economia circular, a fim de assegurar que os intervenientes da sociedade civil estão no centro da transição.

4.5. O grupo de coordenação da plataforma disponibiliza um acervo de conhecimentos e experiências a nível dos Estados-Membros que deve ser visto como uma vantagem pelas instituições europeias, como a Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento, entre outras. Esses conhecimentos e essas experiências devem ser fomentados através de uma participação mais ativa e de consultas com o grupo de coordenação. O envolvimento do grupo de coordenação tem sido e continuará a ser parte integrante do êxito da plataforma, devendo fazer parte de qualquer novo plano de ação para a economia circular. Qualquer novo mandato da plataforma deve refletir este facto e procurar continuar a desenvolver o papel que esses intervenientes da sociedade civil já desempenham, por exemplo, ao nível dos consumidores, do setor financeiro, da bioeconomia, da educação e da inovação. O grupo de coordenação deve, por conseguinte, ser consultado sobre a orientação política de qualquer novo plano de ação para a economia circular. Neste contexto, o CESE manterá o seu papel essencial de integração das partes interessadas no processo de elaboração de políticas.

4.6. A experiência do CESE no que se refere ao estabelecimento de posições consensuais e à inclusão é essencial. O importante trabalho desenvolvido pelo CESE para assegurar o secretariado e a gestão do sítio Web da Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular é reconhecido e apoiado. Esta estrutura tem sido um dos elementos que permitiu um amplo sucesso da plataforma.

4.7. O sítio Web da Plataforma também proporciona uma fonte rica de conhecimentos e boas práticas, o que contribuiu para fazer desta Plataforma um «balcão único virtual» para a economia circular. Esta ferramenta em linha incontornável deve continuar a receber apoio institucional adequado e a dispor da margem de manobra e dos recursos necessários para crescer, de modo a poder continuar a divulgar soluções inovadoras, conhecimentos críticos e contactos-chave para tirar o máximo partido do potencial das partes interessadas na transição para a economia circular em toda a Europa.

Bruxelas, 31 de outubro de 2019.

O Presidente  
do Comité Económico e Social Europeu  
Luca JAHIER

<sup>(11)</sup> Parecer do CESE «Desenvolver sinergias entre os diferentes roteiros para a economia circular» (ainda não publicado no Jornal Oficial).

<sup>(12)</sup> JO C 264 de 20.7.2016, p. 98.

<sup>(13)</sup> Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular